EUROPA

O Comissário dos Direitos Humanos do Conselho da Europa, Thomas Hammarberg, destaca o programa Acceder da Fundacion Secretariado Gitano como uma boa prática para melhorar a inclusão social das comunidades ciganas

Depois da sua visita a Espanha, em Abril, o Comissário dos Direitos Humanos do Conselho da Europa, Thomas Hammarberg, enviou uma carta à Ministra espanhola da Saúde, Política Social e Igualdade.

Esta carta destaca os programas implementados em Espanha para a inclusão da população cigana, indicando que estes devem ser consolidados e fortalecidos. As dimensões identificadas como essenciais para esse processo são: o emprego, a educação, a habitação, a saúde e a luta contra a discriminação.

Destacando que o acesso ao emprego é a chave para melhorar as condições de vida da população cigana, o Comissário referiu que "durante a última década, a taxa da população cigana empregada aumentou, devido particularmente ao Programa ACCEDER, que promove o acesso dos ciganos ao mercado de trabalho. (...) No entanto, a atual recessão económica que afecta a Espanha pode colocar em risco todos os avanços que foram alcançados". Desta forma, o Comissário recomendou às autoridades espanholas a manutenção dos compromissos políticos e financeiros dos programas desenvolvidos para garantir que a atual crise não afecte os grupos mais desfavorecidos, em particular, as comunidades ciganas.

Relacionado com as condições de habitabilidade, Thomas Hammarberg expressou a sua preocupação pelas desigualdades existentes entre as condições de saúde e a esperança de vida das pessoas ciganas e a população em geral.

Depois de reconhecer os resultados alcançados relativamente à escolarização dos ciganos, referiu a existência de uma grande clivagem da taxa de abandono escolar, ao nível do secundário, entre os ciganos e a população maioritária. Neste sentido, o Comissário ressaltou que os esforços devem incidir nos estudantes com o objetivo de assegurar que outros estudantes ciganos terminem a escolaridade obrigatória e que continuem na universidade.

Como ultima preocupação, foi referida a necessidade de lutar contra os preconceitos profundamente enraizados e contra a discriminação (especialmente junto dos meios de comunicação social, dos políticos e das autoridades policiais), implementando medidas de apoio à diversidade cultural.

Por último, o Comissário destacou a importância de promover a história e a cultura cigana junto da população maioritária.

http://www.gitanos.org/servicios/prensa/noticas/59572.htm

Os Ministros da Educação da U.E. aprovaram o Plano de Ação para lutar contra o abandono escolar precoce – Objectivo da Estratégia 2020

"A situação particular do abandono escolar precoce das crianças ciganas requere uma atenção especifica e sustentada" afirmou a Comissária Europeia da Educação e Cultura, Androulla Vassiliou.

No passado dia 20 de Maio os Ministros da Educação dos 27 Estados-membros da U.E. aprovaram o plano de ação proposto pela Comissão Europeia em Janeiro com vista a alcançar um dos principais objectivos da Estratégia Europeia 2020: um máximo de 10% da média europeia relativamente à taxa de abandono escolar precoce.

"*Hoje estamos a dar um grande passo na luta contra o abandono escolar precoce na Europa e na concretização de um dos objectivos da Estratégia 2020. Esta tarefa é fundamental, visto que a Europa não pode permitir que 6 milhões de jovens não tenham uma clara perspectiva para a sua posterior formação e emprego. Esta Recomendação do Conselho vai de encontro ao nosso compromisso para lutar contra uma das principais causas da pobreza e da exclusão social. Todos temos consciência que o abandono escolar precoce é um problema complexo. Não há soluções fáceis que se ajustem a todas as circunstâncias e condições:"*

Referiu, igualmente, os grupos mais desfavorecidos, particularmente, a população cigana: *"A situação particular do abandono escolar precoce das crianças ciganas requer uma atenção específica e sustentada. Na Comunicação da Comissão sobre o Quadro da U.E. para as Estratégias Nacionais de Integração da População Cigana, adoptada no dia 5 de Abril, colocamos a enfâse na necessidade dos Estados-membros com ampla população cigana centrarem-se, em primeiro, lugar em assegurar a conclusão da educação primária e de seguida pensar no abandono escolar no ensino secundário".*

http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=MEMO/11/316&fromat=HTML&aged=0&language=EN

Plano de Ação da Comissão Europeia
http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=IP/11/109&format=HTML&aged=1&language=ES&guiLanguage=fr

O Papa recebeu no Vaticano dois mil ciganos europeus no 75º Aniversário do "El Pelé"

No dia 11 de Junho de 2011 o Papa recebeu no Vaticano dois mil ciganos em peregrinação pelo 75º aniversário do beato Cigano espanhol Ceferino Giménez Malla "El Pelé". "Nunca mais as vossas comunidades devem ser objecto de desprezo, e discriminação" afirmou Benedicto XVI. O Papa recordou, igualmente, os ciganos que foram assassinados nos campos de concentração durante da II Guerra Mundial.

A Delegação Portuguesa era composta por 4 elementos da etnia cigana (1 mulher e 3 homens) da Diocese de Setúbal, Viana do Castelo, Guarda e Lisboa.

http://www.radiovaticana.org/spa/Articolo.asp?c=495326

Disciplina Curricular sobre "Ciganos de Espanha, História e Cultura" – resultado do protocolo entre o Instituto de Cultura Cigana e a Universidade de Alcalá

O Instituto da Cultura Cigana e a Universidade de Alcalá estabeleceram um protocolo de colaboração, no dia 14 de Junho, com o objetivo de fomentar os estudos e a formação sobre a cultura cigana na Universidade. O protocolo inicia-se com a implementação de uma disciplina – "Ciganos de Espanha, história e cultura" - que será quadrimestral e de carácter transversal, facultativa e direcionada aos estudantes da área das Humanidades. A disciplina será lecionada por dois profissionais, que para além de serem ciganos são membros do conselho do Instituto da Cultura Cigana: Araceli Cañadas Ortega e Nicolas Jiménez González.

Paralelamente, será desenvolvido um ciclo de conferências dentro da Universidade sobre "História e Cultura dos Ciganos em Espanha".

Relatório da Comissão Europeia Contra o Racismo e a Intolerância 16 de junho de 2011

"O racismo e a intolerância estão enraizados nas sociedades europeias, impulsionados pela crise económica e pelo reforço de mensagens extremistas - alerta o relatório da Comissão Europeia contra o Racismo e a Intolerância (ECRI), que monitoriza anualmente a situação em cada um dos 47 Estados membros."

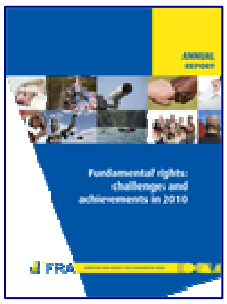
Segundo o estudo, divulgado no dia 16 de junho, o racismo não está concentrado apenas na sociedade em geral e os políticos estão a utilizar cada vez mais argumentos xenófobos e anti-muçulmanos. "As leis não são suficientes para contrariar esta tendência. É preciso fazer mais", diz o texto do relatório, que alerta as autoridades policiais a adoptarem um maior rigor contra os crimes racistas. Mesmo reconhecendo que a grande maioria dos estados-membros criminaliza a incitação ao ódio racial, o estudo afirma que as autoridades devem ser mais rigorosas e fazerem com que as vítimas tenham mais consciência de seus direitos.

O estudo destaca ainda a crescente intolerância contra os ciganos, "um dos problemas mais graves que a Europa enfrenta hoje". Face a esta situação o relatório apela aos governos que criem melhores condições para as comunidades ciganas. Refere, igualmente, que os ataques ao multiculturalismo podem criar uma sociedade fragmentada, devendo os governos apostar em ações que promovam o diálogo intercultural. "A resposta para o atual debate sobre o multiculturalismo passa por um conjunto de princípios comuns, incluindo a não discriminação e a tolerância", afirma o estudo. O presidente da ECRI, Nils Muiznieks, apela aos governantes para que assumam um papel mais ativo no combate à intolerância racial. "Os estudos do ECRI em todos os países mostram um preocupante aumento do racismo. Os governos devem estar conscientes sobre esta ameaça, e devem trabalhar para fortalecer as leis e as instituições contra a discriminação, dando uma mensagem clara de que a xenofobia não pode ser tolerada na sociedade moderna", afirmou.

http://www.coe.int/t/dghl/monitoring/ecri/Library/PressReleases/8916_06_2011_AnnualReport2010_en.asp

Relatório anual da Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia para os Direitos Fundamentais
20/06/2011

Marginalização das populações ciganas, tratamento inadequado dos requerentes de asilo e ameaças à protecção de dados: três desafios aos quais a UE terá de dar resposta em matéria de defesa dos direitos fundamentais.



A Carta dos Direitos Fundamentais da UE consagra os valores partilhados pelos seus cidadãos, nomeadamente o respeito pela dignidade humana, a igualdade, a solidariedade, a democracia e o primado do Estado de direito. Mas os progressos realizados para estar à altura destes valores universais têm sido moderados, de acordo com a Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia, cujo relatório anual sobre a aplicação da Carta insta a UE a suprir lacunas em três grandes domínios: o tratamento dado aos requerentes de asilo, a exclusão social dos ciganos e a protecção de dados pessoais.

Subitamente confrontados, em 2010, com fluxos de imigrantes em situação irregular, alguns países da UE não conseguiram gerir a nova situação, o que deu origem a violações dos direitos fundamentais dos imigrantes detidos. A abordagem comum proposta em matéria de requerentes de asilo deverá assegurar um apoio adequado aos países especialmente expostos a fluxos migratórios. Paralelamente, a UE deve intensificar os esforços para combater a discriminação das populações de etnia cigana, que continuam a confrontar-se com baixos níveis de emprego, más condições de habitabilidade, obstáculos no acesso aos cuidados de saúde e segregação nos sistemas de ensino. Vários países manifestaram a sua oposição à directiva da UE relativa à retenção de dados, alegando que o texto contém disposições contrárias ao direito à privacidade. A directiva, que obriga os fornecedores de serviços de telefone e de Internet a recolherem dados sobre as comunicações efectuadas pelos clientes, está a ser objecto de revisão. Outros casos de incumprimento dos direitos fundamentais são as desigualdades no acesso à justiça, os níveis elevados de discriminação e a violações dos direitos das crianças em vários países.

Registaram-se progressos para garantir que todas as instituições, órgãos e agências da UE respeitam a Carta. Começa a dar-se mais atenção aos direitos das vítimas, especialmente das crianças. Desde que a UE participou na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, qualquer nova legislação deve reflectir os direitos consagrados nesta convenção. Está também prevista a adesão da UE à Convenção Europeia dos Direitos do Homem. Outro dos progressos assinalados é a designação, por todos os países da UE, de instâncias nacionais para prestar apoio e aconselhamento às vítimas de discriminação. A Agência dos Direitos Fundamentais salienta também os benefícios da iniciativa de cidadania europeia, que prevê a apresentação de petições públicas e reforça a democracia participativa.

http://www.fra.europa.eu/fraWebsite/attachments/annual-report-2011_EN.pdf

Sistema legal da Roménia condena as comunidades ciganas a um alojamento precário

Os cidadãos romenos mais pobres e desfavorecidos não têm acesso a um alojamento adequado devido ao sistema legal do país, afirmou a Amnistia Internacional num briefing divulgado no dia 23 de Junho.

"*Mind the legal gap: Roma and the right to housing in Romania*" documenta os testemunhos das Comunidades Ciganos e de outras comunidades em todo o país, e destaca a necessidade de reformar a legislação que rege o direito à habitação.

"A intolerância e o preconceito generalizado contra os *Roma*, combinada com a falta de leis de habitação adequadas, deu carta branca aos oficiais locais para discriminarem abertamente estes indivíduos," afirmou Barbora Cernusakova, Investigadora da Amnistia Internacional na Roménia.

"O direito humano à habitação adequada não é reconhecido ou protegido adequadamente na lei romena. Esta situação pode afectar qualquer cidadão da Roménia, especialmente os mais vulneráveis e marginalizados," acrescentou Barbora Cernusakova. "Quando as autoridades despejam comunidades ciganas contra a sua vontade, sem consulta, aviso ou alternativa habitacional adequada, violam os tratados internacionais que o governo da Roménia assinou. Isto também se aplica ao realojamento de comunidades ciganas em habitações inadequadas e segregadas."

Na Roménia vivem 2 milhões de ciganos, constituindo cerca de 10% da população total. De acordo com estatísticas do governo, 75% vive em pobreza, comparado com 24% dos romenos em geral.

Os *Roma* raramente possuem terras e propriedades e estão ainda em maior desvantagem pela falta de habitação social num país onde 97% da habitação é privada. Apesar de algumas pessoas de etnia cigana viverem em estruturas permanentes com arrendamento legal, as autoridades consideram muitas habitações de longa data de membros desta comunidade como "informais" ou ilegais e os seus habitantes não possuem qualquer documento que comprove o arrendamento, o que os torna mais vulneráveis a desalojamentos. Actualmente, a lei romena não protege este povo dos desalojamentos forçados, apesar de serem ilegais de acordo com as normas internacionais que abrangem a Roménia.

A Amnistia Internacional e outras organizações não-governamentais documentaram vários casos onde as Comunidades Ciganas foram desalojadas à força e realojadas de uma forma que criou ou aprofundou a segregação. A 17 de Dezembro de 2010, as autoridades em Cluj-Napoca (a terceira maior cidade na Roménia), desalojaram à força 56 famílias ciganas do centro da cidade, onde alguns já viviam há 25 anos. A comunidade não foi avisada adequadamente, não foi realizada qualquer consulta e não foram exploradas alternativas viáveis ao desalojamento. Não foi dada oportunidade à comunidade cigana para questionar a decisão de desalojamento. Quarenta famílias foram colocadas em novas unidades de habitação na periferia da cidade, num monte por cima de um antigo acampamento cigano, onde vivem em condições desumanas.

As novas unidades de habitação estão próximas de uma lixeira da cidade e de um antigo aterro de resíduos químicos. Cada unidade de habitação consiste em quatro pequenos quartos ocupados por diferentes famílias, com uma casa de banho partilhada. As restantes 16 famílias, que foram deixadas sem casa em resultado dos desalojamentos forçados, tiveram permissão para construir as suas próprias habitações ao lado dos edifícios novos, mas não obtiveram

qualquer contrato que lhes dê alguma segurança.

George, uma das vítimas dos desalojamentos, disse à Amnistia Internacional: "O quarto é muito pequeno, a água do exterior atravessa as paredes. É muito mau, é um pesadelo... Sempre que a minha filha de 16 anos tem de mudar de roupa, tenho de sair do quarto. Isto não é um local para ficar com a família... ao meu lado, está uma família de 13 pessoas, incluindo 11 crianças, que vivem num quarto... é muito mau."

A paragem de autocarro mais próxima está a cerca de 3 km de distância, o que dificulta a ida das pessoas à escola, ao trabalho ou ao médico. As pessoas que estavam habituadas a viver no centro da cidade com o resto da população encontram-se agora segregadas.

"Os *Roma* não são apenas discriminados no que diz respeito ao direito à habitação, também não têm acesso a justiça porque não possuem, por exemplo, a informação necessária e os recursos para o fazer, o que acontece frequentemente," afirmou Barbora Cernusakova.

"Além disso, o Governo romeno até agora não obteve sucesso na introdução de um sistema eficaz que responsabilize as autoridades locais pelo não cumprimento dos tratados de direitos humanos, dos quais a Roménia é um Estado membro."

A Amnistia Internacional tem feito campanha com a organização não-governamental "CRISS", com sede em Bucareste, para que seja feita justiça à comunidade Roma que foi desalojada à força do centro da cidade de Miercurea Ciuc, em 2004, para ser realojada pelas autoridades locais em habitações inadequadas ao lado da estação de tratamento de esgoto, na periferia da cidade.

"As autoridades locais e o governo da Roménia têm ignorado consistentemente as suas obrigações para com os direitos humanos relativamente a estas pessoas, que foram despejadas como lixo e têm vivido em condições desumanas nos últimos sete anos, em resultado da acção das autoridades municipais."

"A reforma prevista para a legislação é uma oportunidade para o governo da Roménia colocar o direito à habitação no país em linha com as normas dos direitos humanos regionais e internacionais. Deverá também assegurar que qualquer fundo constituído por apoios locais, nacionais ou pela União Europeia não será usado para projectos de habitação que violem a legislação internacional sobre direitos humanos."

http://aeiou.expresso.pt/sistema-legal-da-romenia-condena-os-roma-a-alojamento-precario=f657233#ixzz1QedHthIG

Respeitar a diversidade na educação das crianças ciganas e de outros grupos marginalizados

© UNESCO/Mohr, Jean

O objetivo último da educação inclusiva de qualidade é terminar com todas as formas de discriminação, fomentar a coesão social e desenvolver o potencial de cada pessoa, em particular dos elementos dos grupos mais vulneráveis e marginalizados. Esta é a mensagem que a UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – procurou transmitir na conferência internacional em Bratislava (Eslováquia), nos dias 28 e 29 de junho, subordinada ao tema "Respeitar a diversidade cultural na educação de qualidade das crianças desfavorecidas por motivos sociais ou outros, com especial atenção às crianças ciganas".

O encontro promoveu o intercâmbio de experiências entre peritos de diferentes países e regiões e foram apresentadas novas ferramentas e metodologias de intervenção. Pretendia-se, igualmente, constituir uma rede territorial de formação e o aumento das capacidades em matéria de educação inclusiva de qualidade e direitos das crianças, prestando uma especial atenção às crianças ciganas.

Com uma população que se situa entre os 8 e os 12 milhões de pessoas, os ciganos constituem uma das minorias mais numerosas da Europa. São muitas as barreiras que existem no acesso à educação. O escasso nível de escolarização é um problema comum e a segregação/marginalização escolar promove baixos índices de frequência escolar e altas taxas de abandono escolar precoce.

http://www.unesco.org/new/es/education/themes/strengthening-education-systems/inclusive-education/single-view/news/respecting_diversity_in_education_for_roma_and_other_excuded_groups/

Quadro Europeu para a Inclusão Social da População Cigana

Na reunião do Conselho Europeu, realizada nos dias 23 e 24 de Junho, em Bruxelas, foi referido o relatório da Presidência Europeia sobre a Inclusão dos Ciganos e reforçado a necessidade de aplicação das conclusões do Conselho da Europa do dia 19 de Maio sobre o Quadro Europeu de Estratégias Nacionais para a Inclusão Social da População Cigana até 2020. Este quadro sugere a apresentação, por parte dos estados-membros de Estratégias Nacionais até ao final do ano, tendo presente os seguintes domínios prioritários: a educação, o emprego, a habitação e a saúde.

A Vice-Presidente Viviane Reding, Comissária da Justiça da UE declarou que "O acordo estabelecido hoje significa um grande avanço para milhões de ciganos em toda a Europa. A U.E. referiu que a exclusão dos ciganos não é compatível com os nossos valores de sociedade e com o nosso modelo económico".

"Os líderes europeus assumiram um compromisso inédito para melhorar a inclusão dos ciganos e quero agradecer particularmente à Presidência Húngara pela sua determinação na obtenção deste compromisso. Agradeço também à cooperação de outros organismos internacionais com experiência, como o Conselho da Europa, que está a trabalhar em estreita colaboração com as autoridades locais e regionais da Europa para uma melhor integração dos ciganos.

É necessário, neste momento, traduzir as palavras em ações. O Quadro da U.E não pode prosperar sem o apoio sólido e constante de todos os Estados-membros. Queremos ver como cada governo nacional irá definir uma melhor inclusão da população cigana no seu território."

László Andor, Comissário do Emprego, Assuntos Sociais e Inclusão da U.E, salientou a importância de uma atuação imediata para a inclusão dos ciganos: "A situação dos ciganos na Europa deteriorou-se. Por isso, necessitamos de passar de um estado de esperança e aspirações para um trabalho efetivo que marque a diferença no terreno. O apoio que foi dado pelos líderes da U.E ao Quadro Europeu significa um passo importante que demonstra que a Europa não aceita a exclusão social e económica de milhões de ciganos. As estratégias nacionais, que acredito que sejam ambiciosas e realistas, podem ser colocadas em ação. (...) Os representantes dos ciganos podem desempenhar um papel decisivo garantindo que as estratégias de inclusão sejam adequadas. Será imprescindível controlar a concretização das estratégias nacionais e que a verba destinada à inclusão dos ciganos chegue de verdade aos seus beneficiários finais."

http://www.gitanos.org/servicios/prensa/dossieres/71895.html

Aprovação do Quadro Europeu de Estratégias Nacionais para a Inclusão da População Cigana até 2020

A Coligação para uma Política Europeia para a População Cigana, da qual a Fundacion Secretariado Gitano faz parte difundiu um comunicado relativamente ao resultado do Conselho Europeu (Bruxelas, 23 e 24 de junho) sobre o Quadro Europeu de Estratégias Nacionais para a Inclusão Social da População Cigana até 2020. "O compromisso alcançado hoje pelos chefes de governo dos 27 países da U.E. deve de obter, rapidamente, melhorias tangíveis para as comunidades ciganas, constituindo um marco importante para a população cigana na Europa" afirmou Nele Meyer, coordenadora da Coligação. "A Comissão e cada um dos países devem atuar com firmeza para evitar as expulsões e outros actos de racismo relativamente à sua situação e discriminação que violem a normativa da U.E. e, em 2020, ter provas efetivas que se conseguiu reduzir as diferenças socioeconómicas que existem entre as pessoas ciganas e não ciganas".

A Coligação seguirá de perto como a Comissão e os Estados-membros irão traduzir os compromissos de direitos humanos, estabelecidos no Quadro Europeu, em estratégias tangíveis e ambiciosas, tendo presente que o prazo para a entrega das estratégias nacionais é o final deste ano. De Maio a Novembro de 2011, a Amnistia Internacional, em estreita colaboração com a Fundacion Secretariado Gitano e a European Roma Grassroots Organisations Network, assume a presidência rotativa da Coligação.

Relatório sobre Tráfico das Comunidades Ciganas

Breaking the Silence: Trafficking in Romani Communities

As mulheres ciganas são particularmente vulneráveis ao tráfico de seres humanos

Os dados recolhidos durante a investigação realizada pelo European Roma Rights Centre (ERRC) e a People in Need (PiN) sobre o tráfico de seres humanos na Bulgária, República Checa, Hungria, Roménia e Eslováquia constatam que este fenómeno é mais elevado junto da população cigana, comparativamente à população em geral. Desta forma, verifica-se um impacto desproporcional desta prática nas Comunidades Ciganas. As mulheres e as crianças ciganas são consideradas particularmente vulneráveis ao tráfico, desenraizando-as das suas comunidades e dos seus países de origem.

Os membros das comunidades ciganas são traficados para os mais variados fins, incluindo a exploração sexual, exploração laboral, a servidão doméstica, tráfico de órgãos, adoção

ilegal e mendicidade forçada. Os fatores de vulnerabilidade identificados estão relacionados com o que normalmente é associado a pessoas não ciganas vítimas de tráfico. Estes fatores têm por base formas estruturais de discriminação étnica e de género, pobreza e exclusão social que resultam em baixas qualificações educacionais, elevados níveis de desemprego, dependência dos apoios do estado, violência doméstica e toxicodependência.

As lacunas na lei, nas políticas e na prática, no domínio do combate ao tráfico, constituem barreiras à luta contra o tráfico nas comunidades ciganas.
Poucas pessoas ciganas são identificadas pela polícia como vítimas de tráfico e muitas têm alguma relutância de denunciarem o facto à polícia, temendo represálias por parte dos seus traficantes ou a acusação por delitos enquanto pessoa *traficada.*
Por outro lado, apenas um número reduzido de pessoas ciganas vítimas de tráfico recorre a serviços de prevenção. Constata-se igualmente que os serviços gerais dos sistemas de protecção social falham na redução da extrema vulnerabilidade destas comunidades ao tráfico.
A falta de apoio para os ciganos vítimas de tráfico dificulta a sua re-integração, favorecendo a continuação de uma situação de vulnerabilidade ao circuito do tráfico.

Relatório disponível para *download* em:
http://www.errc.org/cms/upload/file/breaking-the-silence-19-march-2011.pdf

Fórum de Fundações para a Inclusão Social da População Cigana

Esta entidade tem como objetivo contribuir para a Agenda Europeia sobre Comunidades Ciganas e mobilizar o setor no sentido de desempenhar um papel catalisador na inclusão destas Comunidades através:

- Da partilha de conhecimentos, experiências e competências entre as entidades que trabalham no domínio da inclusão;
- De *inputs* estratégicos em iniciativas europeias de forma a reverterem a situação de vulnerabilidade das minorias ciganas na Europa;
- Contribuir para a inclusão social e a agenda dos direitos dos ciganos através do desenho e da implementação de atividades conjuntas.

Criado em Berlim em 2009, a ideia da criação deste fórum surgiu durante a Conferência Anual do Centro da Fundação Europeia (EFC), onde um grupo de fundações reuniu durante uma sessão intitulada "Igualdade de Oportunidades para as Comunidades Ciganas nas sociedades Europeias" e decidiu juntarem-se e avançarem com esta agenda de forma concreta e proactiva.

O Fórum baseia-se na experiência de trabalho das fundações, incluindo o trabalho incubado sob os auspícios da Rede Europeia das Fundações - Network of European Foundations (NEF) – da cooperação com o Banco Mundial, do Open Society Institute, do apoio ao Fundo da Educação das Comunidades Ciganas - Roma Education Fund – e a Declaração de Weinheim. O Fórum colabora e participa em iniciativas europeias, como é o caso da Plataforma Europeia das Comunidades Ciganas e da Cimeira Europeia dos Ciganos. Contribuirá ainda para o desenvolvimento de princípios básicos comuns sobre a inclusão dos *Roma* e para o projeto piloto da Comissão sobre inclusão destas populações, bem como outras actividades e eventos onde as fundações possam dar um *input* estratégico.

http://www.efc.be/Networking/InterestGroupsAndFora/DMIIG/Documents/EFC%20Roma%20Forum%20on%20EU%20Roma%20Strategy%207%20April.pdf~

GTME – Grupo de Trabalho das Minorias Étnicas da Plataforma Supraconcelhia do Baixo Alentejo

Em Setembro de 2007 foi deliberado pela Plataforma Supra Concelhia do Baixo Alentejo, a constituição do Grupo de Trabalho das Minorias Étnicas, com a missão de apoiar a Plataforma na definição de estratégias de inclusão destas minorias e no acompanhamento e avaliação do impacto das medidas sociais existentes. Integram o Grupo de Trabalho: a Administração Regional de Saúde do Alentejo, o ACIDI, o Conselho Local de Ação Social de Beja, o Conselho Local de Ação Social de Moura, o Conselho Local de Ação Social de Serpa, a Direção Regional de Alentejo, o IEFP, o Instituto de Segurança Social IP – Centro Distrital de Beja, a Guarda Nacional Republicana, a EAPN Portugal - Núcleo Distrital de Beja e o SEF.

http://www.pscba.org

Terra Nómada – Projeto no âmbito da multiculturalidade

"As melhores fogueiras começam com pequenos ramos"

O projeto *Terra Nómada* pretende constituir-se como uma área especializada de ação do PIEC – Programa para a Inclusão e Cidadania. A criação deste programa visa o reforço das políticas de promoção da inclusão social das crianças e jovens bem como a adopção das medidas e dos instrumentos que se revelem necessários de forma a combater as causas e os processos de exclusão social e escolar, nomeadamente através do PIEF (Programa Integrado de Educação e Formação). Desta forma, este projeto visa promover a inclusão escolar e a educação não formal na etnia cigana, no sentido de contribuir para a redução do défice de qualificação escolar desta população, sem perder de vista a promoção da integração, do relacionamento entre alunos e do respeito pelas diferenças. Procura também estimular a participação cívica e comunitária da comunidade cigana, edificando a auto-estima, a valorização pessoal e um envolvimento saudável na comunidade de acolhimento. O projeto encontra-se, assim, organizado em três áreas: sensibilização de técnicos, entidades parceiras, comunidade local e regional; desenvolvimento de atividades que promovam a integração social e escolar dos jovens; e a divulgação das diferentes etapas do projeto na comunidade local e regional.

O projeto tem como área de Intervenção a região do Alentejo (PIEC – Alentejo) e tem a duração de 18 meses – Fevereiro de 2011 – Julho de 2012).

Reportagem no ciberjornal Jornalismo Porto Net: Jovens Ciganas: Dar Voltas à Tradição

Aline Flor - jpn@icicom.up.pt

Vivendo sob uma lei cigana "que não está escrita", muitas raparigas são levadas a abandonar a escola muito cedo para evitar contacto com rapazes não ciganos. O JPN conversou com algumas dessas mulheres, de várias idades, que explicam o peso da tradição cigana nas suas vidas. Quem nos guiou foi Carla (nome fictício), psicóloga que trabalha com a comunidade cigana e nos descreve os pormenores de uma tradição que, cada vez mais, tende a adaptar-se aos novos tempos.

http://jpn.icicom.up.pt/2011/02/07/jovens_ciganas_dar_voltas_a_tradicao.ht

ERRC – European Roma Rights Centre em Portugal

A *European Roma Rights Centre* (ERRC) é uma organização de direito internacional público, com o objectivo de combater o racismo anti-cigano e os abusos de direitos humanos aos ciganos através de litígio estratégico, pesquisa e desenvolvimento de políticas, advocacia e educação em direitos humanos. Desde a sua criação em 1996, o ERRC tem-se esforçado para oferecer aos ciganos as ferramentas necessárias para combater a discriminação e alcançar a igualdade de acesso à justiça, educação, habitação, saúde e serviços públicos. O ERRC tem status consultivo junto do Conselho da Europa, bem como com o Conselho Económico e Social das Nações Unidas. O ERRC tem sido o destinatário de inúmeros prémios pelos seus esforços para fomentar o respeito aos direitos humanos dos ciganos. Este ano o ERRC, depois de muitos anos, a trabalhar na Europa de leste, decidiu trabalhar noutros países da Europa Ocidental como Portugal, Itália e França. Em Portugal assinou um acordo de colaboração com o Centro de Estudos Ciganos que irá monitorizar no país todas as situações de racismo anti-cigano e os abusos dos direitos humanos.

O ERRC E A NÚMENA vão realizar um Curso de Direitos dos Ciganos

Candidaturas até 09 de Setembro de 2011

O Centro Europeu para os Direitos dos Ciganos (ERRC) e a Númena vão desenvolver o Curso Nacional de Direitos dos Ciganos. O curso irá decorrer em Lisboa, entre os dias 10 e 14 de Outubro de 2011. Este curso de cinco dias, coordenado por Nuno Oliveira, é dirigido a jovens ativistas ciganos e estudantes, e ativistas ciganos dos Direitos Humanos em Portugal continental. Pretende-se com este curso oferecer uma introdução aos direitos humanos e uma oportunidade para a troca de ideias inovadoras e conhecimentos desafiantes para todos os participantes que se encontrem no início das suas carreiras. Este curso proporciona aos participantes uma ocasião única para contactarem com a teoria e a prática dos direitos humanos, direitos das minorias e anti-discriminação, beneficiando simultaneamente do conhecimento e experiência de empenhados especialistas em direitos humanos. Este programa intensivo inclui uma variedade de actividades sociais que permitem aos participantes estabelecer contactos entre si e com os especialistas, proporcionando ao mesmo tempo conteúdos instrutivos e estimulantes. O curso tem como principal objectivo capacitar uma nova geração de activistas dos direitos humanos de etnia cigana para o uso de instrumentos e mecanismos dos direitos humanos quer a nível regional como nacional e internacional, no sentido da defesa, tanto nacional como internacional, dos direitos dos ciganos e do combate à discriminação quotidiana e institucional.

Mais informações em:

http://www.numena.org.pt/conteudo.asp?lingua=POR&idEstrut=18

ou contacte Nuno Oliveira através do email: nuno.oliveira@numena.org.pt

Programa Nós – Dia 27 de Junho (RTP 2)

– Programa dedicado às Comunidades Ciganas –

Em comemoração do Dia Nacional do Cigano, em Portugal, o Programa NÓS resolveu preparar um programa dedicado às comunidades ciganas. Este programa contou com a participação de Sérgio Silva, membro dos Ciganos d'Ouro, que falou sobre o percurso do grupo e os seus actuais projectos e com o Piménio Ferreira, 24 anos, estudante universitário e autor da Cigano-Tv, Foi possível, igualmente, conhecer Mário Osório, capoeirista e cigano de terceira geração e dono da escola - a Capoeirarte, que está presente em alguns dos bairros mais pobres da cidade do Porto. Na rubrica Nós por Aí foi possível conhecer Cidália Moreira – fadista e cigana.

O Programa NÓS trata-se de um programa semanal com emissão na RTP2 e com a duração de 50 minutos. Este programa tem a parceria do ACDI – Alto Comissariado para a Imigração e o Dialogo Intercultural e é produzido pela Companhia de Ideias.

http://www.rtp.pt/multimediahtml/video/nos#.TgnDhe3DujA.blogger

Crianças Ciganas passaram a frequentar mais a escola nos municípios com mediadores (Projeto-piloto dos mediadores municipais)

As crianças ciganas passaram a frequentar mais a escola nos municípios onde existem os mediadores municipais para esta comunidade, segundo a responsável pelo projeto lançado há dois anos pelo Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI). Dois anos depois de ter lançado o projeto dos mediadores municipais para a comunidade cigana, que abrange 13 municípios, o ACIDI quer alargar a iniciativa a mais sete autarquias, estando atualmente a decorrer as candidaturas para a segunda fase deste projeto, cujo prazo termina na quinta-feira. Fazendo um balanço da primeira fase da iniciativa, a responsável pelo Gabinete de Apoio à Comunidade Cigana (GACI), Helena Torres, disse à agência Lusa que «um dos sinais» do projeto dos mediadores municipais é o aumento das crianças ciganas nas escolas. «Há uma afluência muito maior de crianças ciganas na escola. O empenho do mediador tem a ver com esta situação. Em Lamego, a informação que tenho é de que os miúdos estão todos a ir à escola, não há falta das crianças ciganas nas escolas e nos outros municípios onde está a funcionar o projeto a melhoria também tem sido bastante», afirmou a responsável. Helena Torres sublinhou que os mediadores «conseguem fazer perceber» à comunidade cigana que «os miúdos só têm vantagens em frequentar a escola». A responsável do GACI apontou como outra vantagem da iniciativa a gestão de conflitos através das «pontes que se criam com as instituições». Como exemplo, referiu os conflitos com a polícia, em que os mediadores podem junto da polícia e da comunidade «fazer uma ponte saudável e ajudar a resolver o problema». Helena Torres fez um balanço «positivo» dos dois anos do projeto mediadores municipais, mas admitiu que é necessário melhorar as parcerias com entidades locais, como escolas, tribunais e polícia. Amadora, Aveiro, Beja, Coimbra, Idanha-a-Nova, Lamego, Moura,

Foto: Sérgio Aires

Paredes, Peso da Régua, Seixal, Sines, Sintra e Setúbal são os municípios que já têm os seus programas de mediadores, que entraram em funcionamento em Outubro de 2009. Segundo o ACIDI, o projeto coloca mediadores nas câmaras municipais e o objectivo passa pelo melhoramento no acesso das comunidades ciganas a serviços e equipamentos locais, promovendo a igualdade de oportunidades e a comunicação entre os ciganos e a comunidade envolvente e melhorar as condições de vida das famílias de etnia cigana. Este projeto é dirigido a todas as câmaras municipais que tenham comunidades ciganas entre os habitantes e que reconheçam a importância de estabelecer pontes para um diálogo construtivo. Os sete novos mediadores vão começar a trabalhar em Outubro.

Fonte: LUSA /SOL

http://sol.sapo.pt/inicio/Sociedade/Interior.aspx?content_id=21290

"Os ciganos vivem excluídos a todos níveis"- conclusão de uma tese de doutoramento apresentada no pólo de Chaves da UTAD

A investigadora Lurdes Nicolau defendeu no dia 27 de Junho a tese de doutoramento, intitulada "Ciganos e não ciganos em Trás-os-Montes: Investigação de um impasse inter étnico". Na região transmontana, os ciganos continuam a ser vítimas de "exclusão social e preconceitos", garante a doutoranda em ciências sociais, que defendeu a tese – orientada pelos professores Xerardo Pereiro (UTAD) e José Gabriel Pereira Bastos (Universidade Nova de Lisboa). A investigadora, professora de ensino básico em Bragança, começou a trabalhar com esta etnia em 2002, em Espanha, para a tese de mestrado, após verificar que existia "pouca produção científica acerca dos ciganos, nomeadamente dos transmontanos". A partir de 2005, inseriu-se em três bairros na periferia da cidade de Bragança e em seis aldeias do mesmo concelho, onde existem no total cerca de 130 famílias com cerca de 500 indivíduos. Na cidade, "os ciganos vivem excluídos a todos os níveis (...) Limitam-se aos seus bairros, que são barracas e casas degradadas, já excluídos, pois vivem nas periferias de bairros periféricos, e as relações que têm com não ciganos são institucionais e comerciais", lidando ainda com a falta de emprego e educação, explicou a investigadora. Nas aldeias, a realidade é outra. Em algumas, "também vivem excluídos, não há interação com a população, nem sequer trabalho", apontou. Contudo, em duas aldeias, Lurdes Nicolau encontrou casamentos mistos (ciganos com não ciganos) na maioria dos agregados familiares, interação a nível profissional e social, havendo até ciganos a jogar cartas com a população local ou a assegurar trabalhos agrícolas, embora "a maioria da socialização seja intra-grupal". Para Lurdes Nicolau, o preconceito existe por desconhecimento. "Há muita gente que não conhece os ciganos, mas têm uma opinião sobre eles. O preconceito está de tal forma enraizado que já nem sequer leva à aproximação",

© Rodrigo Cabrita - Global Imagens

considera. Mesmo nos meios em que existe interação com a população local, "não deixa de haver momentos em que a identidade étnica vem ao de cima", já que um casamento misto raramente é bem aceite por famílias não ciganas, mesmo em meios rurais. "Quando não se sentem aceites no outro grupo, acabam por se auto-excluir e virar os seus interesses para dentro do próprio grupo porque sabem que da parte do outro, não vão obter outra resposta. O estigma é muito grande", conclui. Lurdes Nicolau constatou ainda que em Trás-os-Montes residem dois grupos de ciganos que se auto-diferenciam entre "chabotos" e "gitanos" (feirantes) e cujas diferenças residem no poder económico, religião, moral, dialecto ou aparência física. As conclusões recolhidas no concelho de Bragança são o reflexo do que se passa no resto da região e do país, já que "todos os estudos feitos acerca dos ciganos apontam para o grupo étnico mais marginalizado não só em Portugal, mas no resto da Europa". Como lutar contra a exclusão dos ciganos na sociedade? A professora admite não ser tarefa fácil, mas acredita que é possível criando ações que aproximem uns e outros. "A sociedade tem tendência a generalizar: o cigano é aquele que está sujo, é mau e são estas ideias estereotipadas que continuam na mente das pessoas. A proximidade é o que pode levar a minimizar estas ideias pré-concebidas", acredita Lurdes Nicolau. É precisamente este o propósito do estudo: permitir "que as pessoas conheçam os ciganos e tenham uma interação normalizada junto dessa população".

ⓘ

Fonte: Diário do Alto Tâmega e Barroso
http://diarioatual.com/?p=23575&ec3_listing=disable

BREVES

Workshop de Direito direcionado para advogados de origem portuguesa especializados em Direito Internacional e Regional

A European Roma Rights Centre (ERRC – Centro Europeu de Direitos dos Roma – ciganos –) vai realizar um Workshop de Direito durante 2 a 3 dias, no próximo mês de Outubro, dias 13 e 15 para advogados de origem portuguesa especializados em Direito Internacional e Regional com a finalidade de defender as causas da Comunidade Cigana. Para obter o formulário de inscrição deve de contactar o Bruno Gonçalves: brunocig@hotmail.com.

Reportagem "A Escola previne a Desigualdade". O El Pais publicou uma reportagem sobre a importância da formação para a promoção das comunidades ciganas e a luta contra as desigualdades.

http://www.elpais.com/articulo/educacion/aula/previene/desigualdad/elpepusocedu/20110613elpepiedu_1/Tes

Micro-filme– Expresión Gitana – Realizado pela Colectiva Circes inserido no projecto desenvolvido pela Fundacion Secretariado Gitano, pela Barris Riu Ripoll y Cam Romi. Este documento audiovisual foi elaborado pelas próprias comunidades ciganas. Fala-nos da arte, do orgulho, da situação dos ciganos….

http://www.youtube.com/watch?v=UU4Pvhb6YSY

Concurso do Prémio de Jornalismo da U.E 2011 – Este Prémio "Juntos contra a discriminação" é a única competição jornalística para jornalistas da imprensa escrita e online cujo trabalho está centrado nos problemas da discriminação e da diversidade na UE. Através do Prémio, a Comissão reconhece os jornalistas que contribuem para uma melhor compreensão do valor e dos benefícios da diversidade e da luta contra a discriminação na U.E. O concurso foi lançado no dia 23 de Junho. Para ser elegível, os artigos deverão ter sido publicados em suporte impresso ou online na EU entre 18 de Setembro de 2010 e 10 de Novembro de 2011. Todos os documentos deverão ser, igualmente, enviadas online através do website Prémio de Jornalismo da E.U. 2011. O concurso encerra às 12h00 (meio-dia - CET) do dia 10 de Novembro de 2011

http://journalistaward.stop-discrimination.info

Dia 24 de Junho – Dia Nacional do Cigano em Portugal

Aprender a língua cigana internacional Romanó – Foi criado um grupo para recuperar a língua cigana que se perdeu em Espanha, Portugal e no Sul de França e que é falada por mais de 10 milhões de ciganos em todo o mundo. Para mais informações consulte a página no facebook.

http://www.facebook.com/home.php?sk=group_183323548388232&ap=1

Sites de interesse

Lobby Europeu de Mulheres
http://www.womenlobby.org/

Unesco – Educação Inclusiva – Crianças Ciganas
http://www.unesco.org/new/es/education/themes/strengthening-education-systems/inclusive-education/roma-children/

Romani Criss Centro de Investigação e Intervenção social para as Comunidades Ciganas (Roma Center for Social Intervention and Studies)
http://www.romanicriss.ro

Unión Romani – União do Povo Cigano
http://www.unionromani.org/

Contacto para envio de informação: EAPN Portugal / Rede Europeia Anti-Pobreza
Rua de Costa Cabral, 2368 | 4200-218 Porto
Tel. 225420805 | E-mail mj.vicente@eapn.pt